

Resumo executivo e recomendações



A exploração e o abuso sexual de crianças online estão a aumentar mundialmente, quer em termos de dimensão quer em termos de métodos. Para deter as atuais tendências, temos urgentemente de implementar a iniciativa **Safety by Design**, alinhar a regulamentação da Internet a nível mundial e adotar abordagens em matéria de saúde pública para a prevenção da violência. A integração das vozes dos menores e as abordagens centradas nos menores aumentarão a nossa compreensão da ameaça e colmatarão lacunas em termos de capacidade de resposta.

O volume de denúncias de material de abuso sexual de crianças aumentou em 87% desde 2019. Novas formas de abuso, como a extorsão sexual financeira e imagens geradas por IA, confirmam a urgente necessidade de implementação da iniciativa **Safety by Design**.

Em 2022, o US National Center for Missing & Exploited Children (NCMEC, Centro nacional de crianças desaparecidas e exploradas dos Estados Unidos) analisou pouco mais de 32 milhões de denúncias de material de abuso sexual de crianças mundialmente.¹ Isto representa um aumento de 87% comparativamente ao número processado em 2019.² A real dimensão da exploração e do abuso sexual de crianças online é provavelmente maior, uma vez que muitos perigos não são denunciados.³

32 milhões de denúncias de material de abuso sexual de crianças analisadas em 2023

– National Center for Missing & Exploited Children

O **Disrupting Harm** (Travar os danos), um inquérito representativo a nível nacional efetuado a menores (realizado pela organização ECPAT International, pela INTERPOL e pelo Centro de Investigação da UNICEF – Innocenti) em 13 países na África Oriental e Austral e no Sudeste Asiático em 2022 revelou que cerca de 20% dos menores em alguns países foram alvo de exploração e abuso sexual de crianças online no último ano.⁴ Segundo o inquérito mundial da WeProtect Global Alliance realizado pela

Economist Impact em 2021, 54% dos inquiridos tinham sido alvo de "perigos sexuais online" na infância.⁵ Várias outras fontes corroboram a conclusão de que a exploração e o abuso sexual de crianças online são um problema geral de dimensão mundial que não mostra quaisquer sinais de abrandamento.

Desde a última edição da *Avaliação da Ameaça Global*, os menores foram expostos a novos tipos de perigos. Em dezembro de 2022, o FBI emitiu um alerta de segurança pública sobre uma "explosão" de esquemas de extorsão sexual financeira, que tinha como alvo crianças e adolescentes. O número de denúncias que o NCMEC recebeu sobre este mesmo perigo aumentou em 7200% entre 2021 e 2022. Desde o início de 2023, a inteligência artificial generativa tem sido utilizada para criar material de abuso sexual de crianças. As tecnologias emergentes, como a realidade estendida (XR),⁶ apresentam riscos adicionais para a segurança dos menores, tal como a crescente adoção generalizada da encriptação end-to-end sem mecanismos de segurança integrados.

Um aumento de 360% em termos de imagens de cariz sexual "autogeradas" de menores com 7 e 10 anos de 2020 a 2022

– Internet Watch Foundation

Os tipos de abusos analisados nas edições anteriores intensificaram-se, com uma tendência para o abuso sexual de crianças ainda mais pequenas. Desde o primeiro semestre de 2020 a 2022, a Internet Watch Foundation (Fundação de vigilância da Internet) registou um aumento de 360% em termos de imagens de cariz sexual "autogeradas" de menores com 7 e 10 anos.⁷

A maioria do material de abuso sexual de crianças com menores entre os 0 meses e os 6 anos é de extrema gravidade, classificada como "Categoria A".⁸ O aliciamento online, que foi identificado na anterior [Avaliação da Ameaça Global](#) como uma preocupação fundamental, evoluiu de forma particularmente insidiosa em contextos de plataformas de jogos. Uma nova perspectiva da Crisp, uma organização de informações de riscos, revela que os indivíduos que tentam abusar de crianças nestes contextos são capazes de as atrair em conversas de aliciamento de elevado risco em apenas 19 segundos após a primeira mensagem, com uma duração média de apenas 45 minutos.

Uma conclusão-chave a retirar dos novos dados é que os rapazes e as raparigas parecem ser expostos de formas diferentes. Por exemplo, os rapazes estão mais expostos à coação sexual financeira do que as raparigas.⁹ Outra nova perspectiva incluída no presente relatório é o facto de que os menores com idades compreendidas entre os 9 e os 17 anos que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transgénero, queer e como outra minoria sexual (LGBTQ+) nos EUA têm duas vezes mais probabilidade de se manterem em contacto online com alguém que os tenha deixado desconfortáveis, mencionando a amizade como a principal causa de manter a relação.¹⁰ Outros fatores individuais que podem afetar o risco de exploração e abuso de uma criança incluem a raça, etnia e deficiência. Para dar resposta a este conjunto de dados crescente e garantir que todos os menores são considerados na capacidade de resposta, é necessário desenvolver intervenções adaptadas.



dos casos de abuso online envolviam um autor do crime que era provavelmente alguém que o menor conhecia

– Disrupting Harm

Atualmente atravessamos um momento crítico em que uma mudança no sentido da prevenção, começando pela adoção generalizada da iniciativa Safety by Design, representa a única opção viável para deter o aumento constante da exploração e do abuso sexual de crianças online.

Os novos dados revelam um fosso entre a perceções dos riscos por parte dos menores e de que forma os perigos online se manifestam, mostrando a necessidade de adotar abordagens centradas nos menores para ajudar a colmatar a lacuna.

A maioria das crianças e dos jovens vê os adultos e jovens da mesma idade que não conhecem como os que apresentam maior probabilidade de lhes fazer mal ou abusar deles online. Este resultado revelador da sondagem #MyVoiceMySafety de 2022 de crianças a nível mundial (realizada pela WeProtect Global Alliance e pelo Representante Especial das Nações Unidas para a Questão da Violência contra Crianças) sugere que, geralmente, as crianças não estão cientes de que os indivíduos que conhecem podem representar um risco maior do que os estranhos que conhecem online.¹¹ Uma análise sistemática de investigações sobre estratégias de proteção parental conclui também que as orientações facultadas pelos pais e tutores reforçavam sobretudo a mensagem

enganadora do "perigo dos estranhos".¹² Por sua vez, em todos os 13 países do estudo Disrupting Harm, em 60% de todos os casos de abuso online o autor do crime era provavelmente alguém que o menor conhecia.¹³ A sondagem #MyVoiceMySafety revelou ainda que os rapazes estão menos sensibilizados para os riscos online do que as raparigas e os outros géneros não especificados, o que é surpreendente tendo em conta os dados que mostram que os rapazes são alvo de extorsão e coação sexual financeira de forma desproporcionada.¹⁴ Estes novos dados destacam o papel desempenhado pela consulta dos jovens na descoberta de oportunidades para melhor prevenir a exploração e o abuso sexual de crianças online, por exemplo, através do desenvolvimento de intervenções adaptadas a menores com diferentes fatores pessoais.

"A participação e consulta dos jovens é um fator importante de uma abordagem centrada nos menores"

Os resultados da sondagem #MyVoiceMySafety revelam a debilidade dos governos, fornecedores de serviços online e educadores em facultar atualmente informações sobre riscos online acessíveis e adequadas à idade, de modo a ajudar os jovens a tomarem decisões informadas sobre as suas atividades online. Outros estudos revelam lacunas na prestação de apoio a menores vítimas de exploração e abuso sexual. Os dados da Global Boys Initiative (Iniciativa global de proteção aos rapazes) da ECPAT indicam que os estereótipos de género associados à masculinidade e as leis discriminatórias em determinadas regiões geográficas criam barreiras à divulgação e procura de ajuda e fazem com que os rapazes não sejam vistos como vítimas/sobreviventes.¹⁵

A participação e consulta dos jovens é um fator importante de uma abordagem centrada nos menores, uma vez que oferece uma visão das experiências e perspectivas dos menores, expondo tanto as lacunas como as oportunidades à medida que se desenvolve um panorama melhor e mais abrangente da ameaça. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC) reconhece a importância de integrar as perspectivas dos menores ao tomar decisões que os afetem.¹⁶ No entanto, na prática, há mais trabalho a fazer para potenciar as vozes e experiências dos menores e converter os compromissos em ações.

Uma regulamentação da Internet alinhada a nível mundial tem o potencial significativo de reforçar a capacidade de resposta, ao incentivar uma ação coerente das plataformas para combater os perigos.

Desde 2021, a Austrália,¹⁷ a Irlanda,¹⁸ a Nigéria,¹⁹ a União Europeia,²⁰ as Filipinas,²¹ a Singapura²² e o Estado da Califórnia²³ juntaram-se às Ilhas Fiji,²⁴ à França,²⁵ à Alemanha,²⁶ à Nova Zelândia²⁷ e a outros na promulgação ou introdução de novas formas de regulamentação de segurança online. No momento da redação do presente documento, são igualmente propostas várias leis, incluindo: a Digital India Act (Lei de proteção de dados pessoais digitais da Índia), o regulamento proposto pela UE para combater a produção de material de abuso sexual de crianças;²⁸ a UK Online Safety Bill (Projeto de lei de segurança online do Reino Unido);²⁹ e seis projetos de lei atualmente em debate nos EUA,³⁰ nomeadamente a Kids Online Safety Act (Lei americana de segurança online para menores)³¹ (a lei federal equivalente à California's Age-Appropriate Design Code Act [Lei do código

referente à concepção de produtos e/ou serviços digitais adequados à idade, da Califórnia]). O alinhamento mundial de novos enquadramentos regulamentares será essencial para entender o seu potencial transformador. É igualmente importante prepararmos para o futuro, de modo a garantir que a regulamentação tem capacidade de resposta face a tecnologias novas e emergentes e é eficaz no que se refere às ameaças em rápido crescimento.

No entanto, a regulamentação da Internet é apenas um componente da resposta legislativa face à exploração e ao abuso sexual de crianças online. Mesmo com investimento significativo para assegurar uma implementação correta, a regulamentação da Internet será ineficaz sem as leis robustas que criminalizam a exploração e o abuso sexual de crianças online, de acordo com as normas mínimas recomendadas em conformidade com o relatório *Legislating for the Digital Age* (Legislação na era digital) de 2022 da UNICEF.³² As assimetrias e as lacunas nos enquadramentos legais continuam a comprometer as investigações transfronteiriças e esforços mais alargados para combater a exploração e o abuso sexual de crianças online, demonstrando o importante papel que a legislação desempenha na viabilização da cooperação voluntária à escala mundial.

A colaboração voluntária continuará a ser fundamental para reforçar a capacidade de resposta, impulsionar inovação e se focar nas vozes de menores e sobreviventes.

No futuro, as iniciativas e a colaboração voluntárias continuarão a ser complementos fundamentais para a legislação. O diálogo e a cooperação multissetoriais contínuos reforçarão a capacidade de resposta aos desafios estratégicos emergentes, incluindo o modo de fazer face ao aumento da extorsão e coação sexual financeira de crianças, ajustar e uniformizar as soluções de tecnologias de segurança tendo em conta a procura crescente criada pela regulamentação e tirar o melhor partido das novas ferramentas automatizadas para reduzir a pressão que recai sobre os primeiros socorros digitais e as autoridades. A colaboração multissetorial é particularmente importante para a integração das perspetivas de menores e sobreviventes, assim como as iniciativas globais como o acordo de cooperação entre a UNICEF e a INTERPOL de 2023, que prometem melhorar a coordenação interinstitucional a nível nacional para proporcionar um melhor apoio a menores e vítimas/sobreviventes de abuso.³³ Pôr fim às atuais tendências de abuso apenas será possível com um grau de prioridade acrescido e um maior compromisso por parte de todos os intervenientes envolvidos na respetiva capacidade de resposta, capacitados e autorizados mediante uma legislação consolidada.





Apelos à ação urgentes

Os dados apresentados nesta edição da Avaliação da Ameaça Global demonstram que os menores estão a ser alvo de exploração e abuso sexual online a um ritmo crescente e de formas complexas cada vez mais variadas. De modo a evitar mais perigos para os menores, os governos, os fornecedores de serviços online, as organizações da sociedade civil e todas as equipas de intervenção são convidadas com urgência a:

1

Investir mais em abordagens em matéria de saúde pública, dando prioridade à prevenção

Um estudo recente da World Vision e da FP Analytics concluiu que em comparação com a acusação, a prevenção do abuso sexual de crianças é geralmente pouco priorizada e subfinanciada.³⁴ Tal deve ser urgentemente retificado, começando com uma implementação mais generalizada da iniciativa Safety by Design para colocar os menores no centro das novas tecnologias, como a IA generativa e a XR à medida que vão surgindo³⁵ e atenuar os riscos associados à encriptação end-to-end (E2EE).

Os governos devem conduzir a uma maior mudança no sentido da prevenção ao investir nas abordagens em matéria de saúde pública. Adaptadas do domínio de saúde pública, tais abordagens incluem tanto o investimento do setor público como do privado em intervenções que têm como alvo toda a comunidade, incluindo pessoas em risco de cometer crimes ou ser alvo de abuso sexual de crianças, pessoas que já tenham sido abusadas e pessoas que já tenham abusado terceiros.³⁶ A iniciativa Safety by Design juntamente com a educação sexual e de relações saudáveis enquadra-se perfeitamente numa abordagem em matéria de saúde pública porque ambas têm como primeiro objetivo reduzir o risco de os menores serem alvo de abuso.

Ainda que as abordagens em matéria de saúde pública focadas na prevenção não dispensem medidas policiais e de justiça criminal, têm um elevado potencial para fomentar uma nova dinâmica na capacidade de resposta à exploração e ao abuso sexual de crianças online ao fazer face aos fatores sistémicos do problema e às múltiplas vias causais para cometer crimes.³⁷

2

Focar nos direitos e perspetivas dos menores na criação de intervenções

Os resultados da sondagem [#MyVoiceMySafety](#) realçam a importância da participação dos menores para compreender melhor as suas opiniões e experiências online. Sempre que as suas perspetivas não são tidas em conta, surgem lacunas a nível de capacidade de resposta, abrindo portas às pessoas que querem fazer mal aos menores.

As abordagens centradas nos menores são fundamentais, uma vez que ajudam a garantir intervenções e serviços com capacidade de resposta face às experiências, aos direitos e às necessidades dos jovens. É importante que as oportunidades de participação dos jovens sejam criadas para canalizar uma ampla variedade de vozes de menores. Além disso, deve ter-se em conta as diferentes necessidades e os vários fatores pessoais e sociais que afetam as experiências e riscos online. Para um maior foco nos direitos e perspetivas dos menores na abordagem atual, existe uma necessidade urgente de dar prioridade às intervenções que:

- Eliminam e reduzem barreiras na identificação de abuso e procura de ajuda, tais como vergonha, culpabilização da vítima e ideias erradas relativamente ao abuso;
- Capacitam os menores com conhecimentos e ferramentas adequados à idade para os ajudar a navegar em espaços online de forma segura;
- Permitem que as crianças e os jovens responsabilizem os fornecedores de serviços online pela adoção de medidas para os manter seguros online.

3

Implementar a legislação alinhada mundialmente

É extremamente importante que as respostas legislativas a nível mundial sejam coerentes e que se sejam seguidas as normas internacionais comuns. Isto fará com que os autores de crimes não se desloquem entre jurisdições para beneficiarem de lacunas jurídicas e evitarem ser punidos, ajudando simultaneamente as empresas tecnológicas a garantir que os seus sistemas são viáveis, eficientes e a evitar uma duplicação de esforços extremamente demorados em termos de denúncia, eliminação e bloqueio de conteúdos abusivos.

A WeProtect Global Alliance Global Strategic Response destaca que uma legislação abrangente e harmonizada transfronteiriça, bem como um investimento em programas internacionais de criação de capacidades e um financiamento suficiente são fatores-chave para o desenvolvimento.

Os governos devem ratificar a Convenção do Conselho da Europa para a Proteção de Crianças contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual (também conhecida como "Convenção de Lanzarote") e devem ser orientados pelas normas mínimas recomendadas no relatório Legislating for the Digital Age de 2022 da UNICEF.³⁸ A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança inclui disposições importantes relativas à exploração e ao abuso sexual de crianças online, mas ainda tem de ser ratificada e implementada nos Estados-Membros das Nações Unidas. Os governos com mais recursos têm a responsabilidade de apoiar a criação de capacidades. A colaboração com os governos que estão a começar a fazer cumprir a regulamentação será útil para os governos que estão a iniciar o seu próprio processo de regulamentação.

Os governos devem redigir leis para regulamentar os serviços online e promover a utilização da tecnologia para combater o aumento da exploração e do abuso sexual de crianças online. Ao exigir que os fornecedores de serviços online mantenham os utilizadores seguros e ao introduzir o risco de sanções financeiras, legais e, em alguns casos, penais para os em incumprimento, a regulamentação da Internet é a melhor opção para incentivar uma ação mais eficaz no combate ao abuso online. Ao consultar documentos como o projeto de orientações da UNESCO sobre a regulamentação das plataformas digitais para garantir que as leis estão alinhadas mundialmente, as entidades reguladoras podem aumentar o potencial impacto e o sucesso da sua implementação.³⁹

As iniciativas legislativas e regulamentares mais bem-sucedidas serão construídas com base no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais, sem afetar a inovação. Este último pode ser alcançado através de uma regulamentação "baseada em princípios", em vez de uma prescritiva e tecnologicamente neutra. Os exemplos incluem: o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e a Lei sobre a Inteligência Artificial da UE, o Hong Kong's Personal Data (Privacy) Ordinance (PDPO, Decreto sobre a privacidade dos dados pessoais de Hong Kong) e a Ghana's Digital Financial Services Policy (Política de serviços financeiros digitais do Gana).

